

DOCTRINA

679 Ausência de regulamento interno de licitações após o prazo de adaptação previsto na Lei nº 13.303/2016
Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

686 O ponto justo da contratação administrativa
*Bernardo Strobel Guimarães
Mayara Segalla Savoia Assef*

690 Cláusulas anticorrupção e as novas exigências de programas de integridade para as contratações públicas
Gabriel Morettini e Castella

696 A corrupção nas licitações e nos contratos administrativos – A Lei nº 8.666/1993 em seus 25 anos
*Felipe Boselli
Giovanna Gamba
Leonardo Moraes*

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

706 Contrato emergencial para a construção de presídio – Análise sobre a possibilidade de nova contratação direta com fulcro no art. 24, inc. XXXV, da Lei de Licitações

709 Recurso em pregão eletrônico enviado por e-mail – Desnecessidade de exigência de protocolo em meio físico

 715 Contratos administrativos – Possibilidade da cessão de crédito

720 Serviços advocatícios – Considerações sobre a contratação por inexigibilidade de licitação

729 Pré-qualificação de produtos na Lei das Estatais – Análise sobre a exigência de apresentação de selos de qualidade

PERGUNTAS E RESPOSTAS

736 1. A IN nº 05/2017, que regula a contratação de serviços, derogou a IN nº 04/2014, que regula as contratações de TI?

737 2. De acordo com o TCU, é possível contratar obra de engenharia por sistema de registro de preços?

739 3. De acordo com as orientações do TCU, qual é a composição de BDI nas contratações de obras?

740 4. A ampliação dos limites da receita bruta prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 pela Lei Complementar nº 155/2016 afetou os valores prescritos no art. 48 no que tange à licitação exclusiva?

741 5. As notas explicativas e as demonstrações de fluxo de caixa devem, obrigatoriamente, acompanhar o balanço patrimonial (art. 31, inc. I, da Lei nº 8.666/1993)?

 745 6. Nos contratos de valor estimado executados sob o regime de empreitada por preço unitário, qual é o entendimento da Zênite sobre a necessidade de supressão ou acréscimo dos quantitativos de itens de serviço ou fornecimento para consumo mensal?

749 7. Quando é cabível o reajuste, a revisão e a repactuação? Em um mesmo período contratual, é possível que o contrato seja revisado e reajustado ou repactuação?

751 8. A Administração prorrogou um contrato de serviços contínuos, excepcionalmente, por seis meses, com base no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993. Como a licitação não será concluída no tempo previsto, é possível prorrogá-lo novamente por mais seis meses?

753 9. Quais são as diretrizes gerais de interpretação do art. 28 da Lei nº 13.303/2016 quando este afasta o regime ordinário de contratação (licitação, dispensa e inexigibilidade) para as estatais?

757 10. As entidades do Sistema S podem realizar licitações conjuntas? Quais cautelas devem ser observadas?

759 JURISPRUDÊNCIA

767 TRIBUNAIS DE CONTAS

 775 LEGISLAÇÃO